CPMI - 8 de Janeiro 00077/2023

REQUERIMENTO N°, DE 2023/CPMI - 8 de Janeiro

Postula sejam REQUISITADOS documentos, <u>em</u> <u>formato digital</u>, ao Departamento de Polícia Federal - DPF

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do § 3° do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1° e 2° da Lei n° 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, este aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS, em formato digital, ao Departamento de Polícia Federal – DPF, na forma detalhada abaixo, pelos fatos e fundamentos que na sequência são expostos.

- a. Cópia integral de todos os informes de inteligência (alertas) emitidos pelo **Departamento de Polícia Federal DPF**, entre os dias 06 e 08 de janeiro de 2023, em razão da chegada de manifestantes em Brasília;
- b. Cópia integral de todos os e-mails/mensagens e documentos/ofícios emitidos ou recebidos pelo Departamento de Polícia Federal DPF, entre os dias 06 e 08 de janeiro de 2023, em razão das medidas de segurança adotadas para restringir o acesso de manifestantes à Esplanada dos Ministérios, à Praça dos Três Poderes e às dependências do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal;
- c. Cópia integral de todas as perícias realizadas pelo Departamento de Polícia Federal - DPF nos aparelhos celulares apreendidos em razão dos atos antidemocráticos;
- d. Cópia integral de todos os relatórios de análise (perícias) produzidos pelo **Departamento de Polícia Federal DPF**, em razão do compartilhamento de bases de dados de outros órgãos, para identificar as pessoas que "tenham concorrido para o cometimento dos delitos, inclusive incitando-os ou estimulando-os em redes sociais":

- e. Cópia integral (sem cortes ou edições) de todos os arquivos de imagens gravadas pelo circuito externo de câmeras de segurança instaladas nos prédios da Esplanada dos Ministérios, <u>incluídos seus anexos</u>, no dia 08 de janeiro de 2023, entre 14h e 18h, **sob responsabilidade do Departamento de Polícia Federal DPF**;
- f. Relato circunstanciado de todos os procedimentos adotados pelo **Departamento de Polícia Federal DPF**, no dia 09 de janeiro de 2023, após a prisão dos manifestantes que se encontravam no acampamento do Quartel General do Exército em Brasília;
- g. Cópia integral de todos os inquéritos abertos pelo Departamento de Polícia Federal - DPF em razão dos atos do 08 de janeiro, assim como de todos os procedimentos investigativos abertos pelo Departamento de Polícia Federal - DPF no âmbito da Operação Lesa Pátria

JUSTIFICAÇÃO

A organização do movimento havia sido monitorada previamente pelo governo federal, que determinara, inclusive, o uso da Força Nacional na região. No entanto, por volta das 15h de domingo (8.jan.2023), extremistas invadiram o Congresso Nacional depois de romper as barreiras de proteção colocadas pelas forças de segurança do Distrito Federal. Em seguida, os radicais se dirigiram ao Palácio do Planalto e depredaram diversas salas na sede do Poder Executivo. Por fim, invadiram o STF (Supremo Tribunal Federal).

De fato, as cenas de invasão e destruição na Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro só foram possíveis porque, 48 horas antes, uma série de erros e indícios de negligência inutilizaram um plano para proteger os prédios públicos elaborado pela SSP (Secretaria de Segurança Pública) do Distrito Federal. Documentos mostram que a estratégia para conter os manifestantes circulou com atraso entre instâncias com papel decisivo no policiamento de Brasília. Aprovado às 15h28 de sexta-feira (6) pelo então secretário Anderson Torres, que está preso por ordem do Supremo Tribunal Federal, o plano não chegou aos PMs antes do fim da tarde daquele dia. Além disso, autoridades não responderam adequadamente a informações de inteligência disponíveis ainda na sexta-feira (6), que já indicavam o risco de tentativa de tomada do poder.

Segue cronologia de alguns fatos relevantes havidos no dia anterior e no dia

da invasão:

SÁBADO PRÉ-INVASÃO (7.JAN):

- A chegada dos extremistas: ao menos 80 ônibus com apoiadores de Bolsonaro chegam a Brasília. Eles se concentram em frente ao QG do Exército, onde estão acampados os manifestantes que contestam o resultado das eleições;
- Interdição da Esplanada: é interditada para carros e pessoas. Segundo o ministro da Justiça Flávio Dino, Ibaneis decide liberar a via para pedestres, não atendendo a pedidos de Dino para que ela permanecesse fechada;
- Acampamento em Belo Horizonte: o ministro do STF Alexandre de Moraes emite decisão determinando a desobstrução de acampamento em frente ao QG do Exército na cidade;
- Força Nacional (19h): Dino emite portaria autorizando o uso da Força Nacional na Esplanada dos Ministérios em Brasília até 2ª feira (9.jan).

DOMINGO (8.JAN):

- Tensão de manhã: Brasília amanhece sob tensão entre os radicais acampados e a chegada da Força Nacional. Às 7h36, Dino publica no perfil do Twitter que espera não haver atos violentos e que não seja necessário a polícia atuar. O acampamento em frente ao QG do Exército conta com mais pessoas. É divulgado, pela manhã, que os manifestantes caminharão até o Palácio do Planalto. Extremistas também convocam para o ato em frente ao Congresso;
- Múcio do acampamento: ministro da Defesa vai ao acampamento pela manhã e diz que o clima é "por enquanto, calmo";
- Marcha ao Planalto (13h): acampados começam a sair do QG do Exército em direção à Esplanada. Um policial militar elogia a manifestação e diz que vai "escoltá-los" para garantir a segurança dos que marcham;
- Concentração (13h): cerca de 100 pessoas concentradas em frente ao Congresso, que são só revistadas. Esperam o grupo maior e pessoas que caminham do QG do Exército em direção ao local;

- **Bloqueio é furado (15h):** extremistas rompem a barreira de proteção policial.
- *Invasão do Congresso (15h10)*: radicais invadem o Congresso e começam a depredá-lo.
- Invasão do Planalto (15h50): extremistas avançam e invadem o Palácio do Planalto, dando início à depredação e à destruição de obras de arte e outros objetos.
- Invasão do STF (15h50 às 16h): praticamente ao mesmo tempo, os extremistas entram e vandalizam o Supremo Tribunal Federal.
- Força Nacional chega à Esplanada (16h25): convocada no dia anterior pelo ministro da Justiça, a força chega quando as sedes dos Três Poderes já haviam sido invadidas.

Outrossim, a perícia da Polícia Federal mostrou que a presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Rosa Weber, entrou em contato com o Governador afastado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), em 8 de janeiro, para cobrá-lo a respeito da invasão que estava em curso no Congresso Nacional, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Às 16h25 do domingo (8.jan.2023), Weber enviou uma mensagem a Ibaneis por meio do aplicativo WhatsApp em que declarou: "já entraram no Congresso!". Em resposta, 2 minutos depois, às 16h27, o agora governador afastado respondeu: "coloquei todas as forças de segurança na rua".

A ministra continuou a conversa e afirmou que tinha entrado em "contato direto" com Ibaneis Rocha porque o então Secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres, estava "de férias". "Estamos cuidando", respondeu o emedebista à presidente do STF às 16h28. Weber replicou: "obrigada pelo retorno". Ibaneis ainda compartilhou com a ministra o contato do Delegado Fernando de Sousa Oliveira, ex-Secretário Executivo de Segurança Pública do DF.

Cerca de 10 minutos depois, Ibaneis enviou duas mensagens ao próprio delegado Fernando: "coloca tudo na rua", e "tira esses vagabundos do congresso e prenda o máximo possível". Aliás, o número 2 do ex-ministro Anderson Torres na Secretaria de Segurança Pública do DF, Fernando de Sousa Oliveira, disse, em depoimento à PF, que o Plano de Ações Integradas para o 8 de Janeiro foi aprovado por Torres.

Registre-se, ademais, que o Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, autorizou o Tribunal Superior Eleitoral - TSE a disponibilizar à Polícia Federal os dados biométricos do tribunal. O ministro também determinou que a Senatram (Secretaria Nacional de Trânsito) e o ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação) disponibilizassem à PF suas bases com dados biográficos e fotografias de pessoas cadastradas.

Por fim, o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, já havia dito que a Polícia Federal abriria 3 inquéritos para apurar especificamente a invasão das sedes dos Três Poderes. Segundo ele, cada inquérito vai investigar as circunstâncias e a responsabilização sobre a invasão de cada prédio: Congresso Nacional, Palácio do Planalto e STF (Supremo Tribunal Federal).

Posto isso, considera-se que os documentos ora requeridos podem contribuir com os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões,

IZALCI LUCAS

SENADOR - PSDB/DF

CARLOS SAMPAIO

DEPUTADO - PSDB/SP